

Países discutem patente de recursos genéticos

Agência da ONU debate, esta semana, a propriedade intelectual de plantas, animais e conhecimentos indígenas

Deborah Berlinck

Correspondente

• GENEVRA, Suíça. Representantes de mais de cem países estarão reunidos, esta semana, na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), para discutir novas regras de patentes em uma área que até então relegada a segundo plano: recursos genéticos, como plantas, animais e microorganismos, conhecimentos indígenas e folclore. A OMPI é uma agência da ONU que administra tratados internacionais de propriedade intelectual.

De um lado estão países como o Brasil, que teme que as plantas da Amazônia sejam patenteadas por grandes indústrias farmacêuticas, e, de outro, países ricos, que gostariam de ter livre acesso a recursos genéticos fora de suas fronteiras.

Entre esses dois pólos estão comunidades indígenas de vários países, que estão divididos: alguns querem lucrar com as

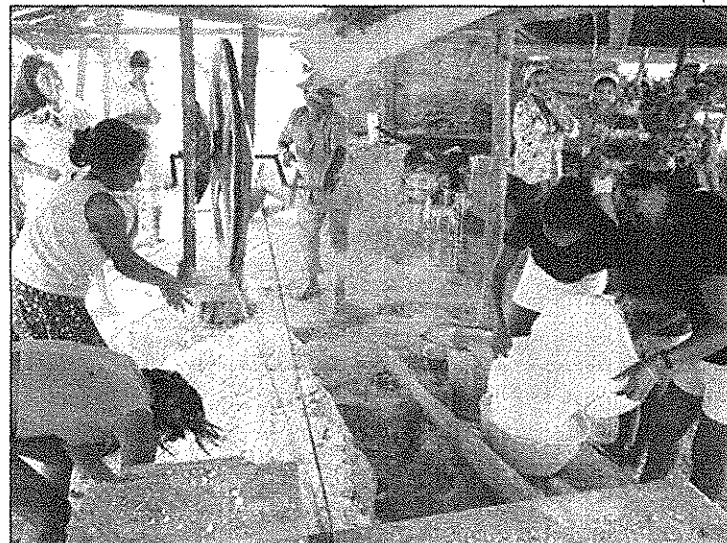
patentes de seus conhecimentos, e outros acham que a propriedade intelectual, com suas regras atuais, não é a melhor forma de proteger tradições.

Com o desenvolvimento da biotecnologia, ampliando as oportunidades de lucros nas áreas agrícola e farmacêutica, cresceu a disputa, dentro e fora da OMPI, sobre controle, proteção e uso de recursos genéticos.

Brasil quer benefícios para comunidades indígenas

Na OMC, por exemplo, o Brasil se opõe aos EUA, que querem uma revisão do acordo de propriedade intelectual, o TRIPS, para que países patenteiem plantas e animais.

— Não somos contra a patente. A questão é como fazer. Não queremos um sistema que permita a alguém chegar no Brasil, botar plantinha no bolso, voltar ao seu país de origem e patentear — diz um negociador brasileiro.



ÍNDIOS BRASILEIROS: a OMPI discutirá a patente de suas tradições

Wend Wendland, especialista da OMPI, reconhece que o atual sistema de propriedade intelectual não se aplica, por exemplo, à herança indígena. Como patentear um conhecimento transmitido há gerações?

Os brasileiros querem um sistema de patentes para co-

nhecimentos tradicionais e recursos genéticos que garanta a repartição dos lucros: uma empresa estrangeira, por exemplo, poderia explorar recursos genéticos no Brasil, desde que sob contrato com o governo ou as comunidades que detêm o conhecimento. ■

Arquivo

'Inventores' registram plantas medicinais

OMPI quer evitar patente de tradições

• GENEVRA, Suíça. A quinoa é uma planta das regiões andinas, altamente nutritiva e resistente a secas. Em 1994, um gene masculino da quinoa foi patenteado nos Estados Unidos. A Rural Advancement Foundation International (RAFI) alegou ter descoberto uma variedade da planta no Colorado. A Associação Nacional de Produtores de Quinoa, na Bolívia, e várias ONGs promoveram uma campanha contra a patente, e a RAFI desistiu.

Em 1996, uma planta da Índia, conhecida por suas propriedades curativas, foi patenteada pelo Centro Médico da Universidade do Mississippi. Os indianos entraram na Justiça e só ganharam a causa porque a literatura médica do país mencionava o uso da planta.

Para evitar isso, a OMPI quer formar um banco de dados com informações sobre conhecimentos tradicionais, para que autoridades de propriedade intelectual de um país não concedam patentes para uma "invenção", que, na verdade, faz parte das tradições de outros países.